



DISCURSO

& SOCIEDADE

Copyright © 2018
ISSN 1887-4606
Vol. 12(3) 551-563
www.dissoc.org

Artigo

**A polêmica enquanto modalidade
argumentativa ou discursiva:
o debate em torno da “carta das
francesas”**

*The polemic as an argumentative or discursive
modality: the debate around the open letter
known as "Anti#MeToo Manifesto"*

Ana Carolina Vilela-Ardenghi
Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)

Fernanda Mussalim
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Universidade de Leicester (Inglaterra)
Bolsista Produtividade em Pesquisa - CNPq (Brasil)

Resumo

Com o objetivo central, do ponto de vista teórico-metodológico, de testar a produtividade de duas propostas distintas de tratamento da polêmica, o presente trabalho debruça-se sobre os debates decorrentes da publicação da chamada “carta das francesas” pelo Le Monde em janeiro de 2018. A referida carta, assinada por cem mulheres, instaura uma polêmica com um posicionamento a que se poderia chamar genericamente de “feminista”. A partir das propostas de Amossy ([2014] 2017), que assume a polêmica como modalidade argumentativa, e de Maingueneau ([1984] 2008), que a assume como uma modalidade discursiva característica do funcionamento da interdiscursividade, apresentaremos aqui análises de recortes que assumimos como representativos da polêmica em tela, mostrando, assim, em que medida os dois quadros teóricos contribuem para sua explicação.

Palavras-chave: polêmica, modalidade argumentativa, modalidade discursiva.

Abstract

From the theoretical and methodological point of view, the main purpose of this work is to test the productivity of two distinct proposals for the handling of the polemic, by dwelling on debates arising from the publication of an open letter known as "Anti#MeToo Manifesto", by the Le Monde in January 2018. The aforementioned letter was signed by a hundred women and establishes a polemic with a stance that could be generically called "feminist". Drawing from Amossy's proposals ([2014] 2017), who assumes the polemic as an argumentative modality, and from Maingueneau ([1984] 2008), who assumes it as a discursive modality characteristic of the functioning of interdiscursivity, we will present here analysis of clippings we assume as representative of the polemic at issue, thus showing to what extent these two theoretical frameworks contribute to its explanation.

Keywords: polemic, argumentative modality, discursive modality.

Introdução

Em 9 de janeiro de 2018, uma carta assinada por cem mulheres francesas foi publicada no jornal *Le Monde* e ficou conhecida a partir de um conjunto de aforizações (MAINGUENEAU, 2010) que, em geral, retomam a defesa a uma “liberdade de importunar” dos homens no cortejo das mulheres e uma crítica a um certo feminismo, identificado na carta como “puritano”. A carta foi também apontada como uma resposta ao movimento #MeToo, que ganhou grande notoriedade na edição do Globo de Ouro do mesmo ano, ocorrida alguns dias antes (no dia 7 de janeiro), palco de um conjunto de manifestações de mulheres contra o assédio sexual e a predominância de homens nas indicações.

Esta brevíssima contextualização permite perceber que, como uma espécie de “centro” da polêmica, a carta é, na verdade, um elo na cadeia de enunciados (BAKHTIN, [1929] 1999). Neste artigo, iremos analisar a polêmica instaurada após sua publicação, a partir de dois quadros teóricos distintos, de modo a testar a diversidade de tratamento que a polêmica pode ensejar. O primeiro quadro mobilizado assumirá a polêmica como uma modalidade argumentativa que se desenvolve no espaço público (AMOSSY, [2014] 2017). O segundo, por seu turno, refere-se à proposta de Maingueneau ([1984] 2008), segundo a qual a polêmica resulta de uma heterogeneidade constitutiva das identidades discursivas, que desemboca naquilo que o autor chamou de interincompreensão.

Recortamos, para tanto, um *corpus* constituído por matérias que circularam à época da publicação pelo *Le Monde* e que trouxeram, de certa forma, a polêmica para o Brasil. Iremos operar essencialmente com a tradução¹ das chamadas “carta das francesas” e a “resposta das feministas francesas”, que são exemplares dos dois posicionamentos polarizados implicados na polêmica, mas remeteremos a outros textos da mídia sempre que necessário.

A polêmica como modalidade argumentativa

Para além de uma proposta de tratamento da polêmica, R. Amossy (2017) faz, como anuncia o título de seu livro, uma *apologia* da polêmica, uma vez que considera que, em se desejando manter o pluralismo em uma sociedade dividida, a polêmica pública proporcionaria uma forma de lutar por uma causa sem que isso degenerasse “em manifestações sociais e em violência fratricida” (AMOSSY, 2017, p. 216).

Nessa perspectiva, Amossy defende que a polêmica seja compreendida, primeiramente, como: i) uma questão de interesse público; e

ii) uma modalidade argumentativa que tem uma ancoragem conflitual, sendo que tal ancoragem se caracterizaria por três outros aspectos: *dicotomização*, *polarização* e *desqualificação do outro*. Assim sendo, para a autora, nem tudo o que é conflitual é polêmico; a polêmica seria um modo particular de gestão desse conflito:

Se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara **dicotomização** na qual **duas opções antitéticas se excluem mutuamente**. Enquanto o debate argumentado se supõe direcionar os participantes para uma possibilidade de solução, a dicotomização “radicaliza o debate, tornando-o difícil – às vezes impossível – de resolver” (Dascal, 2008). (AMOSSY, 2017, p. 53; grifo nosso).

Frente a um cenário dicotomizado, um público bastante diverso se funde em torno de um dos posicionamentos, resultando, assim, no que Amossy denominou de polarização. Conforme esclarece a autora, na polêmica, essa polarização se cria além e apesar de numerosas divergências. É, pois, preciso distinguir os indivíduos concretos que sustentam os discursos da estrutura actancial que, segundo Amossy, é o que importa. Tal estrutura envolve, assim, um Proponente e um Oponente em face de um Terceiro, ou seja, trata-se aqui dos “papéis” desempenhados por aqueles indivíduos.

A polêmica instaura, portanto, uma operação de polarização que se distingue da dicotomização, de acordo com Amossy, nos seguintes aspectos: i) a dicotomização exacerba as oposições até torná-las inconciliáveis; a polarização realiza reagrupamentos em campos adversos entre os participantes; ii) a dicotomização seria mais conceitual e abstrata, enquanto a polarização seria social. Nesse sentido, a retórica da polarização, nas palavras da autora,

consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis. Trata-se de aderir a um grupo constitutivo de uma identidade ou de apresentar as coisas de modo a que aqueles que se sentem, de início, solidários a um dado grupo mobilizem-se em favor da tese que o reforça. (AMOSSY, 2017, p. 57).

O terceiro e último elemento constitutivo da polêmica enquanto uma modalidade argumentativa diz respeito ao modo como se dá a interação com o outro. Essa relação, decorre e, ao mesmo tempo, reforça os dois elementos precedentes (a dicotomização e a polarização): “a exacerbação de oposições (a dicotomização) se concretiza, in loco, numa divisão em grupos antagônicos, em que cada um afirma a sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal” (AMOSSY, 2017, p. 58). Em outras palavras, a polarização não provoca apenas um movimento de reagrupamento por identificação, ela trabalha também para “consolidar a

identidade do grupo apresentando pejorativamente os outros” (ORKIBI, 2008).

Em síntese, a polêmica é, para Amossy (2017), um tipo de argumentação que gerencia os conflitos, confrontando-os, dicotomizando-os e polarizando-os; para tanto, desqualifica o seu outro.

A seguir, consideraremos, dessa perspectiva, a polêmica em torno da chamada “carta das francesas”, cuja publicação disparou, em diversos países, a produção de uma série de textos – editoriais, matérias, discussões em programas de televisão, postagens nas redes sociais, entrevistas, enfim, mobilizou um sem número de gêneros e *mídiuns* (MAINGUENEAU, 2006) – nos/por meio dos quais um debate se desdobrou. No Brasil, as discussões permaneceram na mídia por cerca de duas semanas, de forma bastante intensa, para depois se dissipar. Como aponta Amossy (2017, p. 48), “estritamente ligada àquilo que preocupa o público num momento preciso, a polêmica é efêmera e, muitas vezes, é tão rapidamente esquecida quanto inflamada na hora em que eclode”.

Muito embora no Brasil tenham circulado essencialmente aforizações da carta, o blog de Milton Ribeiro² forneceu uma tradução da íntegra e, para essa análise, iremos considerá-la. No polo oposto, encontra-se a “resposta das feministas francesas”, cuja tradução foi publicada pelo *El país Brasil*. Optamos por recortar, para esta análise, esses dois textos por se tratar de uma espécie de síntese do debate. Muitas outras matérias e entrevistas repercutiram o caso e, conforme já dissemos, remeteremos a elas quando necessário.

Tomando, portanto, a “carta das francesas” primeiramente – já que ela funciona como o “gatilho” dessa polêmica – pode-se dizer que uma de suas teses centrais é expressa no seguinte enunciado:

(1) O filósofo Ruwen Ogien defendeu uma liberdade de ofender indispensável à criação artística. Do mesmo modo, **defendemos a liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual.** (grifo nosso).

O coletivo das cem francesas que assinaram a carta vai, ao longo dela, explicitando essa tese, ao afirmar que haveria uma “onda purificatória” responsável por colocar as mulheres como “vítimas perpétuas” de “paqueras desastradas” ou mesmo de “abusos”, colocando todos os homens “no mesmo nível que os agressores sexuais”. Contrárias a esse tipo de movimento, elas defendem uma liberdade absoluta: a do homem, de “incomodar”, e a da mulher, de “dizer não”:

(2) [...] é característico do puritanismo pedir emprestado, em nome de um suposto bem geral, os argumentos da proteção das mulheres e sua emancipação para melhor vinculá-las ao status de vítimas eternas, coitadinhas sob a influência dos falocratas demoníacos, como nos bons e velhos tempos da feitiçaria. [...] Somos hoje

suficientemente conscientes para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente esclarecidas para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual. [...] **Acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra forma que não se encerrando no papel de presa.** (grifo nosso).

A resposta das “feministas francesas” não tardou e deixa claro que, para elas, não há possibilidade de aderir ao posicionamento expresso na carta – ou seja, estabelece-se assim um outro polo, dicotomizando o conflito:

(3) “Não se pode mais paquerar”. As signatárias da tribuna misturam deliberadamente uma relação de sedução, baseada no respeito e no prazer, com uma violência. Misturar tudo é prático. Permite colocar tudo no mesmo saco. No fundo, se o assédio ou a agressão são “a paquera pesada”, é que não é tão grave. As signatárias se enganam. **Não há uma diferença de grau entre a paquera e o assédio, mas uma diferença de natureza.** As violências não são “sedução exagerada”. De um lado, considera-se a outra como igual, respeitando seus desejos, quaisquer que sejam. De outro, como um objeto à disposição, sem ligar para seus próprios desejos nem para seu consentimento. (tradução da “resposta das feministas”, por Tatiana Roque, para o *El país Brasil*; grifo nosso).

O texto da “resposta das feministas” se organiza em tópicos, como é possível ver no recorte acima logo no início (“Não se pode mais paquerar”). Outros tópicos são: “arriscaríamos ir muito longe”; “não se pode dizer mais nada”; “é puritanismo”. São eles que, como no recorte apresentado, anunciam os pontos a serem rebatidos na resposta, todos colocados entre aspas, como se fossem discurso direto. Esse recurso produz, minimamente, dois efeitos de sentido: i) como se se tratasse de enunciados destacados do texto original; ii) como enunciados contendo argumentos utilizados por seus oponentes. Assim, é como se a resposta construísse uma cenografia (MAINGUENEAU, 2002, 2006) de “diálogo” isto é, como se o texto encenasse um diálogo entre essas “pessoas”. O tópico “Não se pode mais paquerar” é, em certa medida, uma tradução da tese central da “carta das francesas”, apresentada em (1), e para qual o grifo em (3) funciona como argumento-síntese na polêmica: paquera e assédio seriam coisas absolutamente distintas.

A dicotomização, primeira característica da polêmica para Amossy (2017), está, pois, estabelecida: enquanto para um dos polos é preciso que não se retire a liberdade masculina de “importunar” e, nesse caso, a paquera pode ser isso também, para o outro paquerar é sinônimo de prazer para os dois lados envolvidos, enquanto o assédio sim é que importunaria as mulheres, ou seja, não se pode confundir (ou “misturar”) os dois.

Já a polarização, segunda característica para Amossy (2017), parece estar materializada, por sua vez, através das retomadas anafóricas utilizadas

pela mídia – especialmente a brasileira – dos grupos que aderem a cada uma dessas teses. Assim, tem-se, de um lado, “intelectuais francesas”³, “artistas francesas”⁴, “Deneuve e mais 99 mulheres francesas”⁵ e, de outro, as “feministas (francesas)”⁶. Não se trata de “atores” individuais, mas de grupos que congregam atores variados: por exemplo, é bem provável, pelo que se viu nas redes sociais e comentários às reportagens, que machistas tenham se sentido mais “atraídos” pela “carta das francesas”, ainda que o coletivo das cem francesas não se coloque, nem de longe, como machista. É, pois, assim que se encontra polarizada a questão.

O traço de desqualificação do oponente – terceira característica da polêmica – pode ser mais bem visualizado na resposta das feministas – embora possa ser inferido também na carta das cem mulheres. Vejamos alguns exemplos extraídos da resposta:

(4) **Os porcos e seus (suas) aliado(a)s** têm razão de se inquietar. (grifo nosso)⁷

(5) Encontramos os mesmos argumentos no texto publicado no *Le Monde* no trabalho, em torno da máquina de café ou em refeições familiares. Esta tribuna é um pouco **o colega incômodo ou o tio cansativo que não entendem o que está acontecendo**. (grifo nosso)

A resposta atribui, assim, às signatárias o lugar de aliadas dos assediadores e abusadores (uma desqualificação bastante contundente), mas também de aliadas de homens desagradáveis que, embora não sendo necessariamente assediadores ou abusadores, não conseguem compreender o ritmo das mudanças do mundo, ou seja, tornaram-se anacrônicos.

Já a “carta das francesas” não usa expressões nominais pejorativas para designar seu oponente. Entretanto, é possível inferir as formas de desqualificação. Vejamos uma das desqualificações recuperáveis:

(6) Como mulheres, não nos reconhecemos **neste feminismo que, além da denúncia de abusos de poder, toma forma de ódio aos homens e à sexualidade**. (grifo nosso).

Ou seja, há, para as cem francesas, um feminismo (aquele, por exemplo, representado pelo movimento #MeToo) denunciante, composto de mulheres que odeiam os homens e até mesmo a sexualidade. Trata-se de uma acusação que as feministas consideram “pouco original”, uma vez que, historicamente, o movimento sempre foi desqualificado por seus oponentes (em especial pelos homens) como se se tratasse de mulheres com problemas com sua sexualidade, as “mal amadas”.

Amossy (2017) fornece, assim, um quadro para o tratamento da polêmica que nos parece refinado e interessante, na medida em que permite assumir a polêmica a partir de um conjunto de características que a definem

enquanto modalidade argumentativa. A seguir, apresentamos uma abordagem distinta – mas não necessariamente excludente em relação à proposta de Amossy – de tratamento da polêmica.

A polêmica como modalidade discursiva

D. Maingueneau, em *Gênese dos discursos* (2008), postula a tese do *primado do interdiscurso*, segundo a qual, em termos de gênese, o interdiscurso precede o discurso. Dessa perspectiva, a unidade de análise pertinente deixa de ser o discurso e passa a ser as relações interdiscursivas que se dão num espaço de trocas entre vários discursos.

Buscando tornar o conceito de interdiscurso mais operacional, Maingueneau o redefine a partir da tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. A noção de *universo discursivo* diz respeito ao conjunto de formações discursivas (FDs) de todos os tipos, que interagem em uma conjuntura dada. O *campo discursivo* deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas, com mesma função social, que se divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida. O *espaço discursivo*, por sua vez, deve ser compreendido como um subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito.

O autor postula que a interação entre os vários discursos de um mesmo espaço discursivo se dá como um processo de tradução, de *interincompreensão regrada*: cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo os seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do *simulacro* que dele constrói. Desse modo, para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não se relaciona com o Outro enquanto tal, mas somente com o *simulacro* que dele constrói, pois não há dissociação entre o fato de enunciar conforme as regras de sua própria formação discursiva e de não compreender os sentidos dos enunciados do Outro; trata-se de duas facetas do mesmo fenômeno. Nessa perspectiva, a *relação polêmica* não existe em si, ela é apenas um aspecto do funcionamento da formação discursiva (FD) e se configura como a manifestação de uma incompatibilidade radical entre os discursos.

Considerando, pois, esse postulado de que a relação polêmica é a manifestação de uma incompatibilidade radical entre os discursos, é possível afirmar que, da perspectiva teórica de Maingueneau, a *interincompreensão* e a construção de *simulacros* são fenômenos por meio dos quais se pode reconhecer a existência de uma polêmica discursiva. Será, portanto, a partir do reconhecimento da presença desses dois fenômenos no

corpus de análise, que buscaremos apresentar um outro modo possível – e também bastante produtivo – de conceber e tratar da polêmica.

Nesta seção, nos debruçaremos novamente sobre os dois textos de base considerados na seção anterior: a “carta das francesas” e a “resposta das feministas francesas”. A noção de polêmica discursiva, tal como postulada por Maingueneau, será, pois, operacionalizada a partir da análise de fragmentos dos dois textos, na tentativa de responder de que modo a “carta das francesas” é “traduzida” pelas “feministas francesas”, ou melhor, de que modo enunciados da “carta” são traduzidos na forma de simulacros pelo feminismo francês⁸.

O procedimento analítico se dará da seguinte maneira: apresentaremos alguns trechos da “resposta das feministas francesas” que se posicionam contra a “carta”, contestando certos enunciados supostamente recortados dela. Entretanto, como buscaremos demonstrar, tais enunciados não figuram entre aqueles efetivamente produzidos pelas signatárias da carta. O intuito dessa análise é dar visibilidade ao postulado de Maingueneau segundo o qual um posicionamento discursivo (uma FD) introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo, do que decorrem os fenômenos de interincompreensão e de construção de simulacros.

Na “resposta das feministas francesas”, elas rebatem o seguinte enunciado atribuído às signatárias da carta:

(7) “Não se pode mais dizer nada”. Como se o fato de nossa sociedade tolerar - um pouco - menos do que antes as propostas sexistas, assim como as propostas racistas ou homofóbicas, fosse um problema. “Nossa! Era francamente melhor quando podíamos chamar as mulheres de vagabundas tranquilamente, hein?”. Não. Era pior. A linguagem tem influência no comportamento humano: aceitar insultos contra as mulheres significa, na verdade, autorizar as violências. O controle de nossa língua é um sinal de que nossa sociedade está progredindo.

O enunciado “Não se pode dizer nada”, em função das aspas, é apresentado no trecho com o estatuto de uma citação, recortada diretamente da “carta das francesas”. Entretanto, ele não figura no texto das signatárias; tampouco a contestação das feministas a esse enunciado (todo o comentário apresentado na sequência do enunciado aspeado) pode ser considerada uma resposta a declarações efetivamente feitas na “carta”. Nossa hipótese, pois, é que o enunciado “Não se pode dizer nada” é uma tradução – na forma de simulacro – das seguintes formulações apresentadas na “carta”:

(8) Na sequência do caso de Weinstein, houve uma consciência legítima da violência sexual contra as mulheres, particularmente no local de trabalho onde alguns homens abusam do seu poder. Ela era necessária. Mas essa libertação do discurso torna hoje o seu oposto: **somos intimadas a falar corretamente, silenciar**

o que incomoda e aquelas que se recusam a cumprir tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices! (grifo nosso)

(9) De fato, #metoo iniciou na imprensa e nas redes sociais uma campanha de denúncia e acusação pública de indivíduos que, sem ter a oportunidade de responder ou se defenderem, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais. Esta justiça expeditiva já tem suas vítimas, homens impedidos do exercício de sua profissão, obrigados a demitirem-se, etc., **quando seu único erro foi terem tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falado sobre coisas “íntimas” em um jantar de negócios ou enviado mensagens sexualmente explícitas para uma mulher com a qual a atração não era recíproca.** (grifo nosso)

Na “carta”, afirma-se que:

- i) as mulheres são “intimidadas a falar corretamente, silenciar o que incomoda e aquelas que se recusam a cumprir tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices” [referindo-se aqui à impossibilidade de as mulheres se posicionarem contra o que as signatárias chamam de puritanismo, contra aquilo a que se referem como “enviar ‘porcos’ ao matadouro”];
- ii) o único erro de certos homens foi “terem falado sobre coisas “íntimas” em um jantar de negócios ou enviado mensagens sexualmente explícitas para uma mulher com a qual a atração não era recíproca”.

Entretanto, do fechamento semântico do posicionamento feminista, lê-se que “Não se pode dizer mais nada” – fenômeno que decorre, segundo Maingueneau (2008), da interincompreensão constitutiva das polêmicas discursivas. Mais que isso, entretanto, as feministas francesas, neste texto em específico, atribuem explicitamente (em função das aspas) às signatárias da “carta” a responsabilidade por esse suposto dizer, incitando o acirramento do desentendimento recíproco entre as comunidades discursivas inscritas nesses dois diferentes posicionamentos.

No comentário-resposta das feministas ao suposto enunciado recortado da “carta” (“Não se pode dizer mais nada”), é possível perceber a polêmica acirrada instituída, em função do tom irônico e da atribuição de afirmações de baixo calão às signatárias: “Nossa! Era francamente melhor quando podíamos chamar as mulheres de vagabundas tranquilamente, hein? Não. Era pior”. Trata-se novamente de um simulacro (uma vez que a “carta das francesas” não defende esse ponto de vista – de que era melhor quando se podia chamar as mulheres de vagabundas), construído para ser rejeitado (“Não. Era pior.”) e, assim, demarcar, a partir do posicionamento feminista, as fronteiras do dizível. A esse respeito, Maingueneau (2008) esclarece que os simulacros decorrem, em essência, do registro negativo dos traços

semânticos reivindicados por uma FD e são, dessa perspectiva, a manifestação de seu avesso; são, em outras palavras, aquilo que tem que ser rejeitado para se garantir o fechamento semântico das fronteiras de uma FD e não coincidem, portanto, com o que é efetivamente defendido pelo Outro, isto é, pelo posicionamento (FD) combatido.

O processo de interincompreensão e de construção de simulacros pode ser percebido ao longo de toda a “resposta das feministas”. Assim é que enunciados da “carta das francesas”, como

(10) Somos hoje suficientemente conscientes para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente esclarecidas para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual.

(11) Para aquelas de nós que escolhemos ter filhos, sentimos que é mais sensato criar nossas filhas de modo que sejam suficientemente informadas e conscientes para viver suas vidas sem se deixar intimidar ou culpabilizar.

são lidos pelas feministas (como é possível perceber nos trechos 12 e 13, recortados da “resposta das feministas” e apresentados a seguir), respectivamente, como se as signatárias estivessem reclamando que “Não se pode mais paquerar” e afirmando que “É responsabilidade das mulheres” evitar serem agredidas:

(12) “Não se pode mais paquerar”. As signatárias da tribuna misturam deliberadamente uma relação de sedução, baseada no respeito e no prazer, com uma violência. Misturar tudo é prático. Permite colocar tudo no mesmo saco. No fundo, se o assédio ou a agressão são “a paquera pesada”, é que não é tão grave.

(13) “É responsabilidade das mulheres”. As signatárias falam sobre a educação a ser dada às meninas para que elas não se deixem intimidar. As mulheres são, portanto, designadas como responsáveis por não serem agredidas. Quando colocaremos a questão da responsabilidade dos homens de não estuprar ou agredir?

Em linhas gerais, a polêmica se desenvolve de forma bastante acirrada entre esses dois posicionamentos analisados – o representado pela “carta das francesas” e o representado pela “resposta das feministas francesas” –, e a construção de simulacros é recorrentemente atestada no *corpus*. Entretanto, é preciso esclarecer que a polêmica, tal como definida por Maingueneau (2008), não se restringe a relações de confronto aberto, mas diz respeito também a relações de antagonismo menos acirradas (normalmente marcadas por relações de concessão entre os diferentes posicionamentos), de aliança e de neutralidade aparente. Isto porque, para o autor, a polêmica é um fenômeno que diz respeito ao funcionamento da interdiscursividade – é por meio dela que os diferentes posicionamentos discursivos em relação num campo e espaço discursivos vão delimitando suas fronteiras e constituindo

suas identidades. A polêmica dessa perspectiva, é, pois, constitutiva da formação discursiva (FD). Ou, conforme já anteriormente esclarecido: a relação polêmica não existe em si, ela é apenas um aspecto do funcionamento da formação discursiva (FD) e se configura como a manifestação de uma incompatibilidade radical entre os discursos (MAINGUENEAU, 2008).

Conclusão

As duas modalidades de polêmica (argumentativa e discursiva) apresentadas neste artigo puderam ser mobilizadas de maneira produtiva para o tratamento de um *corpus* constituído a partir do reconhecimento de posições antagônicas acirradas frente a uma temática específica, a saber, o da ética das relações entre homens e mulheres. Nesse contexto, as perspectivas teórico-metodológicas propostas por Amossy (2017) e Maingueneau (2008) não são excludentes (apesar de distintas), podendo, inclusive, ser associadas em prol de um refinamento analítico (em nossas análises, não associamos tais perspectivas, porque nosso intuito era distingui-las). Entretanto, nem sempre tais perspectivas podem ser mobilizadas conjuntamente, uma vez que, para Amossy (2017), a polêmica implica sempre dicotomização e polarização, enquanto que, para Maingueneau (2008), tais características não são imprescindíveis, já que, para ele, a relação polêmica recobre também relações de aliança e de neutralidade aparente.

Notas

¹ Optamos por trabalhar com a tradução, primeiramente, porque a questão aqui é ver como a polêmica circulou no Brasil - e isso se deu por meio das matérias que a tematizaram na mídia nacional, ou seja, traduzidas. Com exceção de um blog, contudo, não circulou na mídia brasileira uma tradução na íntegra da carta, mas de trechos ou, nos termos de Maingueneau (2010), aforizações. A tradução aqui utilizada não contraria os recortes presentes nas matérias e, também por isso, optamos por trabalhar com ela. Sabemos o quão delicado é, do ponto de vista teórico-metodológico, não trabalhar com o texto original, mas, cientes disso, acreditamos que as análises aqui apresentadas não são prejudicadas por essa opção que fizemos.

² Disponível em: <<http://miltonribeiro.sul21.com.br/2018/01/09/o-texto-completo-do-manifesto-cem-artistas-francesas-contra-o-puritanismo-sexual-de-hollywood/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/01/m...-debate-sobre-assedio-masculino-cjc9pwcwl00jd01phyv9s777b.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

⁴ Disponível em: <<http://br.rfi.fr/franca/20180109-artistas-francesas-assinam-manifesto-contra-puritanismo-sexual>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁵ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/cinema/a-polemica-carta-de-c...aremas-mulheres,19a92b87e5f83fee19b161dc13a4a23di6cwm9yi.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

⁶ Por exemplo nas matérias disponíveis nos links que seguem: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/10/cultura/1515609248_258352.html>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/10/opinion/1515603361_556237.html>; < <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,feministas-francesas-comparam-deneuve-e-criticos-do-movimento-metoo-a-tio-inconveniente,70002145471>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

⁷ A referência a “porcos” no excerto acima retoma uma das *hashtags* do movimento feminista na França, #balancetonporc (francês para denuncie seu porco).

⁸ O mesmo procedimento de análise poderia ser aplicado no sentido inverso, isto é, também na “carta” seria possível detectar traduções do posicionamento feminista.

Referências

Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.

Bakhtin, M. (1999). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Mainueneau, D. (2002). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

Mainueneau, D. (2006). *Discurso literário*. São Paulo: Contexto.

Mainueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola.

Mainueneau, D. (2010). Aforização: enunciados sem texto? In *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola. p. 9-24.

Orkibi, E. (2008). Ethos collectif et rhétorique de polarisation: les discours des étudiants en France pendant la guerre d’Algérie. *Argumentation et Analyse du discours*, 2008(1). Disponível em: <<http://and.revues.org/438>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

Notas Biográficas

	<p>Ana Carolina Vilela-Ardenghi é professora do Instituto de Linguagens da UFMT e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da mesma instituição. Mestre e Doutora em Linguística (UFU e Unicamp, respectivamente), desenvolve atualmente, na linha de estudos do texto e discurso, projeto de pesquisa em torno das representações do feminino. É membro do Grupo de Pesquisa Círculo de Estudos do Discurso (CED-UFU) e do do Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: teoria e análise (FEsTA-UNICAMP).</p> <p>E-mail: vilela.ardenghi@gmail.com</p>
	<p>Fernanda Mussalim - Professora associada da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL); colaboradora do Programa de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e Honorary Visitor Fellow (2018), junto ao Centro de Neurociências, Psicologia e Comportamento da Universidade de Leicester (Inglaterra). É líder do Grupo de Pesquisa Círculo de Estudos do Discurso (CED-UFU); membro do Centro de Pesquisa em Ensino de Língua Portuguesa (CEPELP-UFU); e membro do Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: teoria e análise (FEsTA-UNICAMP). É Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq-Brasil.</p> <p>E-mail: fmussalim@gmail.com</p>